



Um engano, na data da cidade

Josué Brito



A grande cidade, de dois séculos após sua fundação, pode estar comemorando o seu aniversário em uma data errada

A verdadeira história da fundação

Não se trata do romance de Victor Hugo, mas é um romance que mais parece novela e que a Comissão encarregada da organização dos festejos deste ano precisa esclarecer aos leigos que o 14 de julho de 1774, não é a data da fundação de Campinas, marcando no passado campineiro a do batizado de um neto de Barreto Leme, pois esse templo católico somente foi inaugurado em 25 de julho de 1781.

Plínio Salgado escreveu e «Como nasceram as cidades», que a formação das cidades brasileiras, desde o século XVI até aos nossos dias, condiciona-se ao concurso de circunstâncias que poderíamos resumir em três ciclos distintos: a) descobrimento e catequese; b) mineração e entradas no sertão e c) INICIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, COMERCIAL E INDUSTRIAL.»

Esta última letra é o caso de Campinas, por que foi justamente em 15 de novembro de 1732 que Antônio da Cunha de Abreu, quando recebia a confirmação da sesmaria que requeria em 1728, começou a cultivá-la, pouco antes, como consta da petição que fez, ainda nessa data de 1732, afirmando na mesma quando requeria uma outra área de terras «JUNTO AQUELA QUE ESTAVAM CULTIVANDO.»

Acontece que, durante mais de vinte anos, andei procurando nos arquivos de Lisboa, em seu Museu Ultramarino, na Calçada da Boa Hora e encontrei documentos que confirmam as doações feitas a Antônio da Cunha de Abreu. Um deles diz, textualmente: «Carta de sesmaria pela qual em nome de D. João V, o Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, Antônio Luís de Távora concede a Antônio da Cunha de Abreu, uma légua de terra em quadra no caminho das minas de Goiás, no sítio chamado «Campinhos», entre a Vila de Jundiá (Jundehy) e o rio Mogi. São Paulo,

15 de novembro de 1732. «Este original está lavrado em papel de 3P5 X 316 m.m., em selo de chapa em est. g.» Outro documento: «046. Requerimento de Antônio da Cunha de Abreu e seu cunhado João Bueno da Silva pedindo a D. João V lhes confirme a sesmaria que lhes foi concedida pelo Capitão General da Capitania de São Paulo (Antônio Luís de Távora).

«Lavrado em papel onde se assinala» ? — Ant. a 1733. auth. 20. «Diz ainda: «Sobre este requerimento recaiam ainda um parecer do Procurador da Corôa de Despachos do Conselho Ultramarino, determinando-se em um deles que se passasse a confirmação pedida.»

Original em papel de cart. 305 x 313 m.m. est. reg. «Finalmente este outro papel documental: «Bilhete de sesmaria do Conselho Ultramarino. Manoel Cactano Lopes de Abreu — mandando que se passe carta de confirmação da sesmaria dada a Antônio da Cunha de Abreu e seu cunhado João Bueno da Silva — Lisboa Ocidental, 1733 — janeiro 12. «Original lavrado em papel de 303 x 313 — janeiro 12-1733.»

Depois destes documentos ninguém mais pode pôr em dúvida o que venho afirmando sobre a data de fundação de Campinas, ao tempo em era «caminho de Goiás», em terras mandadas abrir pelo Governador de Vapitania de São Paulo, D. Rodrigo Cesar de Menezes, de quem esteu escrevendo uma biografia por se tratar da primeira personagem de nossa história. Ninguém mais pode alegar ignorância pois que, em 15 de julho de 1774 nada existia em Campinas, tão somente a igreja de palha que nunca poderia se referir a atual Basílica do Carmo, pois que não se concebe que uma igreja com quatro paredes que se estavam levantando e concluído, fosse coberta de palha, na descrição feita por Quirino dos Santos em 1871.

Em 14 de julho de 1978, o sr. Francisco Amaral disse em seu discurso pronunciado na escadaria do «Palácio dos Jequitibás», quando da passagem de mais um aniversário da fundação de nossa terra, que: «A história de Campinas começa precisamente em 1732...»

Quer isso dizer que o Chefe do Executivo já entendeu que a data certa de fundação do antigo burgo de Barreto Leme é 12 de julho de 1772, e não 14 de julho de 1774. Também um de nossos jornais dominicais comentou o ano passado: — «Em 1732 nossa região era formada por densas flores-

tas, sendo exatamente onde existiam as trilhas que demandavam Goiás, conhecidas como bairro de Mato Grosso...»

Não o era, ainda. Aqueles tempos, os primitivos caminhos que demandavam aquele território, chamava-se «caminhos dos Goiáses...»

Mas, isso não vem ao caso. O que importa e muito é que nessa questão do início de uma cidade fabulosa como a Campinas de nossos dias, que se gloria de ter uma história jamais escrita sobre uma cidade, segundo assinalou o escritor e jornalista Herculano Pires no «Diário da Noite», é que Cam-

pinas tem tanta coisa a contar por que seu passado é glorioso e um dos mais importantes do Brasil.»

Não sou eu o cabeçudo, o teimoso, o renitente; são os documentos que estão ao meu lado, que provam o que venho escrevendo há tanto tempo.»

Justamente para festejar a memória de D. Rodrigo Cesar de Menezes, que determinou em 3 de julho de 1722 a abertura do primeiro caminho em direção de Goiás, é que estou escrevendo um livro sobre sua vida. O livro do Tombo da antiga freguesia de Nossa Senhora da Conceição assinala em

suas páginas que a primeira missa na terra de Barreto Leme «foi rezada em 12 de julho de 1772» e não a 14 de julho de 1774. O jornalista e poeta Quirino dos Santos, em artigo publicado em seu jornal «Gazeta de Campinas», «em um dos dias do ano de 1871, reproduzido no Almanaque de Campinas, para 1900-1901 — assinala... aqueles densos cordões de excelentes prédios e lindas edificações em 1772, escreveu mais: «Estes sertões como lhes chama o livro do Tombo eram trilhados antigamente pela passagem de afoutos bandeirantes paulistas.

«Reafirma ele que: «A primeira missa foi celebrada em 13 de julho de 1773. «Errou o poeta e jornalista por que esse dia marcou o da elevação de Campinas à Freguesia. Escreveu, ainda, o ilustre redator de «A Gazeta de Campinas»: — «A IGREJINHA, É ESTREITA E BAIXA.»

É claro que a igreja de palha coberta de palha somente poderia ser a de 1772, pintada em quadro por Salvador Caruso; e ninguém vai admitir que se esteja construindo uma igreja coberta de palha, em 1774, que seria a atual Basílica do Carmo! Essa não poderia ser «estrelta e baixa» porque seria a «definitiva para a época», inau-

gurada em 25 de julho de 1781. A Comissão atual encarregada pelo sr. Prefeito Municipal de organizar o programa deste ano das comemorações da fundação de Campinas, poderia expedir uma nota explicando que 14 de julho de 1774 é uma data que somente existe no calendário de nossa cidade, para assinalar no passado a do batizado de Domingos da Costa Machado, que era neto de Barreto Leme. Assim, o povo, os alunos de escolas ficariam sabendo que a Câmara Municipal de Campinas que determinou essa data «fajuta» é a oficial, mas não a da fundação que ocorreu em 15 de novembro de 1732, concessão da sesmaria de Antônio da Cunha de Abreu.